



Pela Dignificação e Valorização do SNS e dos seus Profissionais ao Serviço das Populações

Garantir um SNS de qualidade e para todos é possível e é necessário. O SNS é o que melhor serve os portugueses! Por isso mesmo é preciso corresponder às necessidades dos profissionais de saúde e das populações.

Só com um verdadeiro e considerável reforço do investimento no Serviço Nacional de Saúde, será possível acabar com os inúmeros constrangimentos a que utentes e profissionais estão sujeitos: como a falta de médico de família, os elevados tempos de espera para consultas, cirurgias, tratamentos e exames, a indigna desvalorização dos profissionais, os equipamentos obsoletos e a degradação ou desadequação das instalações que não respondem às dificuldades sentidas no SNS. No entanto, tem sido clara a política praticada por anteriores e atual governos na área da saúde: favorecer o negócio privado e desvalorizar o Serviço Nacional de Saúde, acelerando a degradação anteriormente em curso. Para a população está mais difícil o acesso aos cuidados de saúde. Este governo continuou a degradar o SNS e numa decisão de “última hora” de novas Parcerias Público-Privadas (PPP), que constitui um novo e grave passo na estratégia de ataque e destruição do SNS, comprometendo o interesse público e criando instabilidade agravada na gestão das unidades do SNS. Aproveitando a estrutura criada pelo anterior Governo do PS, que criou as Unidades Locais de Saúde (ULS), o Governo PSD/CDS lançou o processo de privatização da gestão, não só de cinco importantes hospitais do Serviço Nacional de Saúde, mas também das unidades dos cuidados primários de saúde que lhes foram anexadas no início de 2024. A intenção de privatização dos centros de saúde, significa a privatização dos cuidados para pelo menos 2,5 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população do País.

Medidas estas que subordinarão os cuidados primários de saúde aos objetivos de lucro, acentuando a desvalorização das políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, condicionando de forma decisiva a sua autonomia.

A proliferação de PPP é desastrosa e discricionária para o SNS, que foi criado sobre a ideia de uma Saúde Universal e Geral, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

A gestão direta do Estado é a única capaz de garantir a inexistência de assimetrias, bem como a que corresponde a uma melhor gestão da coisa pública nas suas diferentes áreas e dimensões.

Atrasos sistemáticos na tomada de decisões capazes de colmatar lacunas e insuficiências no Serviço Nacional de Saúde, não podem servir como justificação para o caminho da privatização desta importante conquista que o 25 de Abril trouxe aos Portugueses.

A realidade do Algarve, que não se afasta das características de outras áreas do nosso País, destaca-se, no entanto, pela sua dimensão, não apenas na área geográfica abrangente, mas também no número de habitantes e por conseguinte no número de utentes inscritos no SNS.

A opção pela gestão no modelo de PPP sai mais cara ao Estado, é lesiva para os utentes, fragiliza os direitos dos profissionais de saúde e fragmenta ainda mais a resposta do SNS.

Conhecemos as experiências das anteriores PPP que só serviram para catapultar as empresas do negócio privado da saúde, e conhecemos o que tem acontecido no Algarve, onde em cada esquina nasceram clínicas e Hospitais privados, onde este negócio se expandiu, fruto das fragilidades do SNS e do pânico gerado às populações.

Sustentada no conhecimento da realidade vivida pelos Algarvios, no acesso ao Direito à Saúde, os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve propõem que esta Assembleia, reunida no dia 28 de abril de 2025, delibere:

1. Manifestar junto do Ministério da Saúde a sua recusa perante a intenção do Governo em avançar com a privatização das ULS.
2. Manifestar a necessidade de valorização dos profissionais de saúde, na revisão de carreiras e condições salariais, melhorando as suas condições de trabalho e a sua fixação no SNS.

3. Manifestar a necessidade de se defender como prioridade do Estado a continuidade do investimento no SNS como garantia de Serviço Público e direito da população algarvia ao acesso a cuidados de saúde.
4. Manifestar a necessidade de garantir às unidades do Serviço Nacional de Saúde uma gestão pública, democrática, com autonomia e recursos humanos e financeiros adequados, capaz de responder com qualidade às necessidades das populações.
5. Enviar moção para a Ministra da Saúde em funções, primeiro-ministro em funções, para a ULS do Algarve; todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, para a Direção Regional de Faro do SEP, para o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), para o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de Diagnóstico e Terapeuta, Sindicato dos trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas e Órgãos de Comunicação Social.

São Brás de Alportel, 28 de abril de 2025

Os eleitos da CDU